

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
CURSO PROMOÇÃO A OFICIAL SUPERIOR
2020/2021 2ªEd**



TII

CONCEITO PARA A SEGURANÇA MARÍTIMA COOPERATIVA

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO
SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA GUARDA NACIONAL
REPUBLICANA.**

**Pedro Igor Quintela Marçal
1TEN M**



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS

CONCEITO PARA A SEGURANÇA MARÍTIMA
COOPERATIVA

1TEN M Pedro Igor Quintela Marçal

Trabalho de Investigação Individual do CPOS 2020/2021 2ªEd

Pedrouços 2021



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS

CONCEITO PARA A SEGURANÇA MARÍTIMA
COOPERATIVA

1TEN M Pedro Igor Quintela Marçal

Trabalho de Investigação Individual do CPOS 2020/2021 2ªEd

Orientador: CTEN M Dinis Filipe Vargas Cabrita

Pedrouços 2021



Declaração de compromisso Antiplágio

Eu, **Pedro Igor Quintela Marçal**, declaro por minha honra que o documento intitulado “**Conceito para a Segurança Marítima Cooperativa**” corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida enquanto auditor do **Curso de Promoção a Oficial Superior 2020/2021 2ªEd.**, no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, **12 de julho de 2021**

Pedro Igor Quintela Marçal
Assinatura



Agradecimentos

Ao meu orientador, Capitão-tenente Vargas Cabrita, pela disponibilidade, pelas revisões e sugestões que permitiram o desenvolvimento do estudo.

Aos diversos oficiais e camaradas que colaboraram através da disponibilização de diversa informação, essencial para o concretizar do estudo.

Aos camaradas auditores do CPOS 2020/2021 da 2ª Edição, pelo espírito de entreajuda, camaradagem e apoio que demonstraram ao longo deste percurso, em particular aos camaradas Rosinha e Carvalho um especial apreço, bem hajam.

Por último, à minha família, em especial à minha mulher, Marina, pelo apoio e paciência nestes últimos meses, e aos meus dois filhos, Henrique e Vasco, pelas demasiadas horas que passei ao computador que se traduziram em horas que não tiveram a minha total atenção e disponibilidade.



Índice

1. Introdução	1
2. Revisão da literatura, enquadramento conceptual e metodologia.....	4
2.1 Enquadramento teórico e conceptual	4
2.1.1 Segurança marítima	4
2.1.2 Cooperação e Segurança Cooperativa	5
2.2 Metodologia e método	5
2.2.1 Metodologia	6
2.2.2 Método	6
3. A Estratégia da UE para a região do Golfo da Guiné - EUSGG	7
3.1 As ameaças	7
3.2 Linhas de Ação	8
3.3 Parceiros e Projetos da UE	9
3.4 Síntese Conclusiva.....	10
4. Iniciativa Mar Aberto.....	11
4.1 Meios Navais e capacidades	11
4.2 Ações desenvolvidas pelos navios da Marinha	13
4.3 Presença Naval.....	13
4.4 Exercícios Militares	14
4.5 Síntese conclusiva.....	15
5. Missão de Fiscalização Conjunta e Capacitação Operacional de São Tomé e Príncipe, pelo NRP Zaire	16
5.1 O navio.....	16
5.2 Objetivos da missão e linhas de ação.....	17
5.3 Resultados alcançados	18
5.3 Síntese conclusiva.....	18
6. Conclusões	20
Referências Bibliográficas.....	23



Índice de Apêndices

Apêndice A – Modelo de Análise	Apd A-1
Apêndice B – Arquitetura de Yaoundé	Apd B-1
Apêndice C – Objetivos e resultados esperados no GoGAP	Apd C-1
Apêndice D – Caracterização das ameaças no GdG	Apd D-1
Apêndice E – Programas e projetos da UE no GdG	Apd E-1
Apêndice F – Resumo das missões âmbito <i>Iniciativa Mar Aberto</i>	Apd F-1

Índice de Figuras

Figura 1 – Organograma da Arquitetura de Yaoundé	Apd B-2
Figura 2 – Centros Regionais de Coordenação e Partilha de Informação	Apd B-2
Figura 3 – Localização dos ataques piratas no GdG (1º semestre 2021)	Apd D-2

Índice de Quadros

Quadro 1 – Objetivo geral e objetivos específicos	2
Quadro 2 – Questão central e questões derivadas	2
Quadro 3 – Navios que participaram na Iniciativa Mar Aberto 2014-2021	12
Quadro 4 – Modelo de Análise	Apd A-1
Quadro 5 – Objetivos Estratégicos e resultados Esperados (GoGAP)	Apd C-1
Quadro 6 – Resumo das missões âmbito <i>Inicitiva Mar Aberto</i> 2014-2021	Apd E-1



Resumo

O presente trabalho de investigação visou identificar contributos para o desenvolvimento do conceito para segurança marítima cooperativa, decorrente da caracterização e análise das missões operacionalizadas pela Marinha Portuguesa no Golfo da Guiné, bem como da Estratégia da União Europeia para essa região.

Para o desenvolvimento deste trabalho adotou-se um raciocínio dedutivo, baseado numa estratégia qualitativa e no desenvolvimento de um estudo de caso.

A análise efetuada permitiu verificar que a União Europeia e os seus Estados-membros, em particular Portugal através da Marinha, por intermédio da *Iniciativa Mar Aberto* e da missão do NRP *Zaire* em São Tomé e Príncipe, sustentam os seus contributos para a segurança marítima no Golfo da Guiné através de diversas ações de cooperação com os parceiros regionais e internacionais presentes na região. Os contributos visam a edificação de capacidades regionais e dos Estados costeiros do Golfo da Guiné para fazer face às ameaças prevaletentes na região, nomeadamente pirataria e criminalidade organizada.

Em conclusão, estabelece-se que o desenvolvimento do conceito de segurança marítima cooperativa deverá assentar em variáveis como a caracterização de ameaças, a identificação de parceiros, a definição de objetivos partilhados e estado final a alcançar e ainda a determinação de linhas de ação a desenvolver.

Palavras-chave: Segurança Marítima; Cooperação; Golfo da Guiné; União Europeia; *Iniciativa Mar Aberto*; NRP *Zaire*



Abstract

This research work aimed to identify contributions to the development of the concept of cooperative maritime security, based on the analysis and characterization of the missions operationalized by the Portuguese Navy in the Gulf of Guinea, as well as the European Union Strategy for that region.

For the development of this work, a deductive reasoning was adopted, based on a qualitative strategy and the development of a case study.

The European Union and its member states, particularly Portugal and its Navy, through the “Mar Aberto” Initiative and the mission of the Patrol Ship “Zaire” in São Tomé and Príncipe, sustain their contributions to maritime security taking part in various cooperation actions with regional and international partners present in the region. The contributions are aimed at building regional and coastal state capacities in the Gulf of Guinea to address the prevailing threats in the region, particularly piracy and organized crime.

In conclusion, it is established that the development of the concept of cooperative maritime security should be based on variables such as the characterization of threats, the identification of partners, the definition of shared objectives and end state to be achieved, and the determination of lines of action to be developed.

Keywords: *Maritime Security; Cooperation; Gulf of Guinea; European Union; “Mar Aberto” Initiative; Portuguese Patrol Ship “Zaire”*



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

CCY	Código de Conduta de Yaoundé
CDD	Cooperação no Domínio da Defesa
CEEAC / ECCAS	Comunidade Económica dos Estados da África Central
CEEAO / ECOWAS	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CGG	Comissão do Golfo da Guiné
COM	Centro de Operações Marítimas
CPLP	Comissão de Países de Língua Portuguesa
CRESMAC	Centro Regional de Segurança Marítima da África Central
CRESMAO	Centro Regional de Segurança Marítima da África Ocidental
CUE	Conselho da União Europeia
EUSGG	<i>European Union Strategy on the Gulf of Guinea</i>
FND	Força Nacional Destacada
GC	Guarda Costeira
GdG	Golfo da Guiné
GoGAP	<i>Gulf of Guinea Action Plan</i>
ICC	<i>Interregional Coordination Center</i>
ICC	<i>International Chamber of Commerce's</i>
IMB	<i>International Maritime Bureau</i>
IMO	<i>International Maritime Organization</i>
MOWCA	<i>Maritime Organization for West and Central Africa</i>
NM	Milha náutica (<i>Nautical Mile</i>)
NRP	Navio da República Portuguesa
OE	Objetivo Específico
OG	Objetivo Geral
PMC	Presenças Marítimas Coordenadas
QC	Questão Central
QD	Questão Derivada
STP	São Tomé e Príncipe
TII	Trabalho de Investigação Individual
UE	União Europeia
UNOCA	<i>United Nations Office for Central Africa</i>



UNODC

United Nations Office on Drugs and Crime

UNOWA

United Nations Office for West Africa



1. Introdução

Portugal participa em diversas missões internacionais no âmbito da União Europeia (UE), da *North Atlantic Treaty Organization* (NATO), de acordos bilaterais e multilaterais, e da Cooperação no Domínio da Defesa (CDD).

No âmbito dos acordos bilaterais e multilaterais identificam-se, entre outras, a missão de Fiscalização Conjunta e Capacitação Operacional e Marítima de São Tomé e Príncipe (STP). Esta missão visa “Capacitar a Guarda-costeira (GC) de STP, apoiando a fiscalização marítima conjunta e contribuindo para o reforço da segurança marítima com militares embarcados, um Navio Patrulha, entre janeiro e dezembro”. Salienta-se também a *Iniciativa Mar Aberto* que visa “contribuir para o esforço internacional de capacitação dos países do Golfo da Guiné (GdG) em matéria de segurança marítima e de combate às atividades ilícitas no mar”. Nesta missão já participaram vários navios da Marinha, de diferentes tipologias e com diferentes capacidades (Ministério da Defesa, s.d.).

Segundo Piedade (2018, p. 18-22), “o conceito de segurança marítima não tem uma definição universal”, adotando a maioria dos atores internacionais uma abordagem focada nas ameaças, embora a definição dessas também não reúna consenso. Este autor refere ainda que “abordagens alternativas podem abrir novos caminhos para a teorização da segurança marítima, seja aplicando diferentes conceitos de segurança ao domínio marítimo, seja selecionando um conjunto de «prismas» distintos através dos quais a segurança marítima poderá ser observada”.

Devido ao facto de não existir um conceito para a segurança marítima cooperativa que enquadre as missões da Marinha no GdG, pretende-se, com esta investigação, identificar contributos para o desenvolvimento desse conceito, com base na estratégia adotada pela UE – a *European Union Strategy on the Gulf of Guinea* (EUSGG) –, bem como nos resultados operacionais dos navios da Marinha que ao longo dos últimos anos têm operado na região.

Assim, considera-se que uma abordagem ao conceito de segurança marítima, num contexto cooperativo, poderá contribuir para a compreensão e aprofundamento desta temática.

O Objeto de Estudo da investigação é a segurança marítima no GdG, num contexto cooperativo, no quadro da UE, entre 2014 e 2021.



A delimitação da investigação faz-se nos domínios do tempo, do espaço e do conteúdo (Santos & Lima, 2019, p. 42):

- Tempo: No período de 2014 até à atualidade (2021);
- Espaço: Considera-se a área geográfica do GdG, ou seja, a faixa marítima com cerca de 6.000 km de costa entre o Senegal e Angola, incluindo os Arquipélagos de Cabo Verde e de STP (Conselho da União Europeia (CUE), 2014b);
- Conteúdo: Centra-se nos contributos para segurança marítima no GdG, num contexto cooperativo.

Seguidamente, apresenta-se no Quadro 1 o Objetivo Geral (OG) e os derivantes Objetivos Específicos (OE).

Quadro 1 – Objetivo geral e objetivos específicos

OG:	Analisar contributos para o desenvolvimento de um conceito de segurança marítima cooperativa, com base na Estratégia da UE e nos resultados operacionais da Marinha Portuguesa no GdG.
OE1:	Descrever a Estratégia da UE para o GdG numa perspetiva de ator promotor da segurança marítima.
OE2:	Caracterizar as missões realizadas pela Marinha no âmbito <i>Iniciativa Mar Aberto</i> .
OE3:	Caracterizar a participação do Navio da República Portuguesa (NRP) <i>Zaire</i> na missão de Fiscalização Conjunta e Capacitação Operacional Marítima de STP.

Importa agora formular a Questão Central (QC) e as subseqüentes Questões Derivadas (QD), que se encontram no Quadro 2.

Quadro 2 – Questão central e questões derivadas

QC:	Que contributos para o desenvolvimento de um conceito de segurança marítima cooperativa se consegue estabelecer, com base na Estratégia da UE e nos resultados operacionais da Marinha Portuguesa no GdG?
QD1:	Que linhas de ação a UE estabelece no âmbito da Estratégia para o GdG e que contribuem para a segurança marítima num contexto cooperativo?
QD2:	Qual a contribuição da Marinha, face aos resultados alcançados nas missões âmbito Mar Aberto, para a segurança marítima, num contexto cooperativo?
QD3:	Qual a contribuição da Marinha, face aos resultados alcançados pelo NRP <i>Zaire</i> no GdG, para a segurança marítima, num contexto cooperativo?

A investigação desenvolveu-se ao longo de seis capítulos, sendo o primeiro a presente introdução.

No segundo capítulo efetua-se a revisão da literatura e apresenta-se o modelo de análise e a metodologia adotada, referindo-se as fases do percurso metodológico, bem como as técnicas utilizadas para a recolha, tratamento e análise dos dados.

No terceiro capítulo descreve-se a estratégia adotada pela UE para a região do GdG, adotada em 2014, bem como o respetivo plano de ação.



Nos quarto e quinto capítulos, caracterizam-se as missões realizadas no âmbito da *Iniciativa Mar Aberto* no GdG, cumpridas desde 2014, e a missão do NRP *Zaire* em STP, iniciada em 2018, respetivamente.

Por fim, nas conclusões apresentam-se contributos para o desenvolvimento de um conceito de segurança marítima cooperativa com base nas análises expostas nos capítulos anteriores.



2. Revisão da literatura, enquadramento conceptual e metodologia

O presente Trabalho de Investigação Individual (TII) enquadra-se no âmbito das Ciências Militares, na área Estudo das Ciências e dos Conflitos Armados e na subárea da Estratégia Militar (Academia das Ciências de Lisboa, 2011).

2.1 Enquadramento teórico e conceptual

De forma a contextualizar o estudo da segurança marítima cooperativa no ambiente do GdG, torna-se importante destacar algumas considerações proferidas acerca da presença dos interesses nacionais e europeus nesta região.

Bernardino (2021) considera que, apesar de se desconhecer a existência de um documento politico-estratégico orientado para os interesses de Portugal no GdG, esta região tem sido prioritária, o que se consubstancia pelo elevado empenhamento de Forças Nacionais Destacadas (FND), em particular por meios da Marinha, por via da pertença de Portugal à Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Ribeiro (2020) refere que Portugal possui interesses de natureza política e económica no GdG, contudo, devido ao crescente número de atos ilícitos e crimes praticados nessa região, bem como pelos instrumentos de apoio à navegação pouco fiáveis, em particular no que refere à cartografia náutica desatualizada, resultam naturalmente preocupações securitárias marítimas.

Bernardino (2021) destaca que a UE está empenhada em contribuir para a melhoria da segurança marítima no GdG e em cooperar ativamente para o desenvolvimento das capacidades dos Estados costeiros da região. Esse empenhamento faz-se através de um conjunto de programas e projetos centrados no quadro jurídico, nas atividades operacionais, na partilha de informações estratégicas e na formação, capacitação e no reforço das capacidades orientadas para a implementação da EUSGG e respetivo Plano de Ação.

Com vista a uma melhor compreensão do conceito base sobre o qual o estudo será desenvolvido – a segurança marítima –, torna-se importante clarificar este, bem como os conceitos “cooperação” e “segurança cooperativa”.

2.1.1 Segurança marítima

Piedade (2018) identifica, com base em considerações de vários autores, duas vertentes pelas quais a segurança marítima tem sido definida. Por um lado, define-se como “a ausência de uma série de ameaças pré-identificadas”, por outro lado, identifica-se uma segunda vertente que define segurança marítima como um “estado final desejável a ser alcançado, sendo geralmente referido como «boa ordem» no mar”. Procedente da sua análise, este autor



afirma que “apesar das tentativas de fornecer uma compreensão mais sistematizada da segurança marítima, o conceito continua subdesenvolvido, sendo definido principalmente como a ausência de ameaças no domínio marítimo ou a manutenção da «boa ordem» no mar”.

Os anglo-saxões consideram dois conceitos distintos aplicáveis à segurança marítima. Assim, importa distinguir o conceito de *maritime safety* e de *maritime security*, ambos traduzidos em português por segurança marítima.

Piedade (2018, p.17) clarifica que *maritime safety* diz respeito à prevenção ou minimização de potenciais acidentes no mar associados a não conformidades no âmbito da construção, equipamento e operações de navios; enquanto *maritime security* é referente à proteção contra a prática de atos ilegais e deliberados.

O CUE (2014a, p.2-3), com a criação em 2014 da sua *European Union Maritime Security Strategy*, define segurança marítima como um conjunto de medidas do domínio marítimo global, no qual o Direito Internacional e Direito dos Estados é aplicado, com o objetivo de garantir a liberdade de navegação, e de proteger os seus cidadãos, infraestruturas, transportes, meio ambiente e recursos marinhos.

2.1.2 Cooperação e Segurança Cooperativa

A Cooperação consiste na relação que tem como base a colaboração entre indivíduos ou organizações, no sentido de alcançar objetivos comuns, utilizando métodos mais ou menos consensuais (Sousa, 2005, p.55).

Segurança cooperativa, por seu lado, consiste na atuação combinada de Estados, seja a nível local, regional ou global, para lidar e/ou resolver problemas de segurança comuns (Mihalka, 2001, cit. por Lampreia, 2019, p.30).

Bueger (2014) salienta a importância da cooperação entre os diferentes atores da segurança marítima, trabalhando juntos na identificação das ameaças, na partilha de informações e na coordenação de atividades.

2.2 Metodologia e método

Para desenvolver a metodologia utilizaram-se como referências as “Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação” (Santos & Lima, 2019) e as Normas de Execução Permanente (NEP) do Instituto Universitário Militar (IUM) (NEP/INV, 2020a, 2020b).



2.2.1 Metodologia

A metodologia aplicada à investigação baseia-se no método científico de raciocínio dedutivo. A partir da descrição e identificação de ações estabelecidas na EUSGG e da associação com as tarefas realizadas pelos navios da Marinha que operaram nessa região, pretende-se deduzir contributos que se enquadrem na promoção da segurança marítima num contexto cooperativo e que poderão ser considerados para o desenvolvimento de um conceito de segurança marítima cooperativa que sirva, e seja aplicável, no enquadramento das missões assumidas pela Marinha.

Adotou-se uma estratégia qualitativa, suportada em documentação oficial da UE, em diretivas e instruções operacionais, relatórios de missão, artigos publicados pelos comandos dos navios e artigos de imprensa de conceituados autores.

Foi desenvolvido um estudo de caso, num horizonte temporal transversal, pois pretende-se deduzir linhas de ação com base no produto operacional da Marinha no GdG e medidas implementadas no âmbito da EUSGG. Utiliza-se como técnica para a recolha dados a pesquisa documental.

2.2.2 Método

O desenvolvimento da investigação decorreu em duas fases distintas. Durante a fase exploratória definiu-se o estado da arte, essencial à definição do Objeto de Estudo e à sua delimitação. Seguidamente, definiram-se o problema de investigação e os objetivos de investigação, dando origem às questões derivadas. Com a definição dos conceitos estruturantes, construíram-se o modelo de análise e o percurso metodológico. De forma esquemática, o Quadro 4, constante no Apêndice A, apresenta o modelo de análise, identificando o Objeto de Estudo e a sua delimitação, OG, OE, QC, QD, conceitos, dimensões, indicadores e técnicas de recolha de dados. Na fase analítica, mantendo a estratégia qualitativa, foram analisados e discutidos os dados recolhidos e apresentadas as conclusões da investigação.



3. A Estratégia da UE para a região do Golfo da Guiné - EUSGG

De forma a apoiar os esforços da região do GdG e dos seus estados costeiros na resolução dos vários desafios em termos de insegurança marítima e crime organizado, o CUE adotou, em março de 2014, a EUSGG (CUE, 2014c).

Esta estratégia tem como princípio apoiar os Estados da região a alcançar a paz, a segurança e a prosperidade através do desenvolvimento legítimo e bem-sucedido das economias e instituições regionais. Assim, surge como suporte aos objetivos definidos pelo “Código de Conduta relativo à repressão da pirataria, assalto à mão armada contra navios e atividade marítima ilícita na África Ocidental e Central”, o denominado “Código de Conduta Yaoundé”¹ (CCY). Este tem o objetivo de promover a cooperação marítima regional e um ambiente marítimo estável, contribuindo para a prosperidade regional. Para o efeito foi criada uma organização de Centros Regionais de partilha e coordenação de informação, identificados no Apêndice B (Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE), 2021).

Em março de 2015, o CUE adota o *Gulf of Guinea Action Plan 2015-2020* (GoGAP), que veio reafirmar a importância que a UE atribuiu à cooperação com os parceiros de África Central e Ocidental (CUE, 2015b). O GoGAP estabelece o quadro operacional para implementação da EUSGG.

Este plano assenta em quatro objetivos estratégicos – alinhados com os objetivos específicos explanados na EUSGG – que contribuem para o alcançar do objetivo geral. Este objetivo, por seu lado, contribui para o desenvolvimento sustentável das economias dos Estados costeiros de África Ocidental e Central, promovendo a importância da boa governação e da segurança no setor marítimo (CUE, 2015a, p.2, p.16).

Conforme se pode verificar nos anexos A e B do GoGAP, a concretização dos quatro objetivos estratégicos decorre de catorze efeitos resultantes de 67 ações a desenvolver por diversos atores da UE (CUE, 2015a, pp. 25-37). No Quadro 5 Apêndice C explana-se os objetivos e resultados esperados que constam do GoGAP.

3.1 As ameaças

As ameaças na região do GdG são diversificadas, muitas vezes interligadas através das fronteiras. Estas ameaças colocam em risco a estabilidade dos Estados, reduzindo as oportunidades de desenvolvimento económico e, conseqüentemente, a incapacidade para reduzir os índices de pobreza (CUE, 2014b, p. 2).

¹ Compromisso intrarregional entre a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEEAO), a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) e a Comissão do Golfo da Guiné (CGG), estabelecida em junho de 2013, na Cimeira de Chefes dos Estados do GdG, em Yaoundé, Camarões.



A CUE (2014b, p.2) apresenta de forma genérica as diferentes ameaças, dividindo-as em três grupos:

- as que se manifestam exclusivamente no mar, tais como a pesca ilegal, a descarga ilegal de resíduos, os atos de pirataria e os assaltos à mão armada cometidos no mar;
- as que se transferem através das fronteiras mar/terra e terra/mar, principalmente o tráfico de estupefacientes, armas, produtos de contrafação e o tráfico de seres humanos/migrantes;
- as ligadas às atividades económicas marítimas orientadas em terra, em especial em relação à exploração no mar alto de gás e petróleo, como os roubos de petróleo e os atos criminosos cometidos nos portos.

No Apêndice D encontram-se caracterizadas as principais ameaças consideradas na EUSGG, concretamente, a pirataria, o crime organizado, o roubo de petróleo, a pesca ilegal e o desemprego.

3.2 Linhas de Ação

O CUE (2015), estabelece no GoGAP as ações “tipo” que deverão ser concretizadas para alcançar os objetivos e resultados expectáveis (vide Quadro 5 do Apêndice C), os quais se apontam de seguida:

- Estabelecer diálogo político e programas bilaterais e multilaterais com organizações regionais e agências nacionais para enfrentar as várias ameaças e desafios; priorizando as áreas de atuação;
- Apoiar o desenvolvimento de capacidades no âmbito da implementação da “Arquitetura de Yaoundé”;
- Providenciar assistência técnica especializada e partilha de experiência adquirida;
- Apoiar formação e treino;
- Promover a cooperação regional e a partilha de informação entre diversos atores (nomeadamente partilha de boas práticas e lições);
- Promover e participar em operações e exercícios conjuntos;
- Promover o investimento em infraestruturas prioritárias;
- Apoiar a implementação de tecnologias de informação e comunicação de ponta;
- Cooperar e coordenar ações com parceiros e organizações internacionais.



3.3 Parceiros e Projetos da UE

São vários os atores com os quais a UE e os seus Estados-membros colaboram, direta ou indiretamente, no âmbito da implementação da sua estratégia e plano de ação, em prol melhoria da segurança marítima e da capacitação dos Estados Costeiros do GdG. Destacam-se as organizações regionais e internacionais, designadamente: CEEAC, CEEAO, CGG, Organização Marítima da África Ocidental e Central (MOWCA), União Africana; Nações Unidas, através da Organização Marítima Internacional (IMO) e dos Escritórios das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, para a África Central e a África Ocidental (UNODC, UNOCA, UNOWA), Interpol, entre outros.

Destaca-se ainda o G7++ Grupo de Amigos do Golfo da Guiné (FoGG)², organização que reúne vários Estados costeiros, atores privados e atores regionais e internacionais, desempenhando um importante papel no avanço da agenda da segurança marítima na região, promovendo uma maior cooperação internacional entre estes (SEAE, 2021).

Atualmente, encontram-se edificados, ou em edificação, um diversificado conjunto de programas e projetos orientados para a implementação do GoGAP. O seu foco centra-se no quadro jurídico, nas regras operacionais, na partilha de informação, na formação, capacitação e no reforço de capacidades. No Apêndice E discriminam-se alguns destes projetos, sendo possível constatar a existência de um forte financiamento da UE através do Instrumento para a Estabilidade e Paz e do Fundo Europeu de Desenvolvimento (SEAE, 2021).

Em junho de 2020, o CUE lançou o projeto-piloto das Presenças Marítimas Coordenadas (PMC). Este projeto reflete o papel cada vez mais importante da União para a segurança marítima no GdG. As PMC visam a promoção da cooperação internacional no mar, em conformidade com o direito internacional e a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, bem como o intercâmbio de informações no domínio da segurança marítima. Sendo necessário, a este respeito, que os Estados-membros melhorarem a coordenação, a título voluntário, das ações realizadas pelos meios por eles destacados na zona marítima de interesse sob o comando nacional. O CUE, de forma a melhorar o conhecimento situacional marítimo, salienta ainda a importância do reforço da partilha voluntária de informações em matéria de segurança marítima entre os Estados-membros e os parceiros no quadro do projeto-piloto relativo às PMC (CUE, 2021).

² Membros do G7++FoGG: Alemanha; Canadá; Estados Unidos da América; Itália; Japão; Reino Unido; França; Bélgica; Brasil; Coreia do Sul; Dinamarca; Espanha; Índia; Noruega; Países Baixos; Portugal; Suíça; UE; UNODC; IMO; e Interpol.



3.4 Síntese Conclusiva

Com vista a apoiar as organizações regionais e os Estados costeiros do GdG para os diversos problemas de cariz securitário, em particular no domínio marítimo, a UE adotou uma estratégia dedicada à região, reforçada com o plano de ação. No âmbito da implementação do GoGAP, a CUE estabelece ações que visam alcançar os objetivos estratégicos a que se propõe, nomeadamente o reforço das estruturas de cooperação entre os países da região, organizações regionais e parceiros internacionais. No âmbito das ações de cooperativas destaca-se as seguintes: estabelecer programas bilaterais e multilaterais com organizações regionais e nacionais; apoiar a capacitação dos centros de coordenação e de partilha de informação (âmbito “Arquitetura de Yaoundé”); apoiar a formação e treino; promover a cooperação regional e partilha de informação; promover operações e exercícios conjuntos; apoiar a implementação de tecnologias de informação e de comunicação.



4. Iniciativa Mar Aberto

Ribeiro (2020) refere que Portugal possui interesses de natureza política e económica no GdG. O crescente número de atos ilícitos e crimes praticados nessa região, bem como pelos deficitários instrumentos de apoio à navegação, como é o caso da cartografia náutica desatualizada, provocam naturalmente preocupações securitárias marítimas.

Procurando fazer frente a estas preocupações, Portugal operacionalizou a *Iniciativa Mar Aberto*. Realizando-se desde o ano de 2008, esta iniciativa, em consonância com as orientações das políticas externa e de defesa nacionais, constitui-se como um importante contributo nacional para a segurança marítima da região. A sua operacionalização faz-se com recurso a meios navais da Marinha através de ações de CDD com parceiros da CPLP, apoiando desta forma o desenvolvimento de uma cultura e de capacidades de segurança marítima (Ribeiro, 2020).

O Ministro da Defesa Nacional na sessão de apresentação das FND para 2021 referiu que parte essencial da ação da defesa nacional prende-se com as missões das Forças Armadas fora do território nacional. Estas missões prestigiam Portugal através do contributo real para a paz e estabilização das regiões de interesse estratégico nacional e europeu, afirmando o país como um aliado credível. Para o corrente ano, o GdG continua a configurar-se como prioridade geográfica, traduzindo-se no reforço da presença no Atlântico, nomeadamente através da participação em missões de fiscalização conjunta no Golfo da Guiné e em exercícios no domínio da segurança marítima (Ministério da Defesa, 2021).

4.1 Meios Navais e capacidades

A *Iniciativa Mar Aberto* contou com o emprego de diversos tipos de navios com capacidades distintas selecionados em função dos objetivos específicos estabelecidos a realizar. Essa abordagem flexível permitiu uma maior abrangência nas atividades e potenciou as características intrínsecas de cada tipo de navio, nomeadamente os recursos, as capacidades e as competências da sua guarnição (Ribeiro, 2020).

Entre 2014 e 2021 foram empenhados quatro tipos de navios, caracterizando-se genericamente da seguinte forma:

- Fragatas: navios de 1.500 a 5.000 toneladas de deslocamento e comprimento entre 75 e 150 metros equipados com armamento antisuperfície, antiaéreo e antissubmarino (Marinha, s.d. a). A utilização deste tipo de navio incrementa a capacidade para projetar e sustentar pequenas forças de desembarque,



permitindo a realização de exercícios anfíbios de capacitação de unidades de fuzileiros (Ribeiro, 2020).

- Reabastecedor: navio com deslocamento entre 5.000 e 25.000 toneladas e com um comprimento entre os 40 e os 200 metros destinado a garantir a sustentabilidade logística de uma Força Naval no mar, designadamente em combustível, água, alimentos, entre outros (Marinha, s.d. b).
- Patrulhas Oceânicas: navios com um deslocamento entre as 750 e as 2.000 toneladas utilizados, prioritariamente, em ações não combatentes. Desempenham, principalmente, missões no âmbito da segurança e autoridade do Estado no mar e missões de interesse público. (Marinha, s.d. c).
- Navios Hidrográficos: navios especialmente construídos ou equipados para a execução de trabalhos hidrográficos ou oceanográficos. Têm diversas capacidades técnicas para corresponder às atividades de investigação e desenvolvimento. Executam, em regra, missões de carácter científico de apoio às operações militares e à comunidade científica (Marinha, s.d. d).

No Quadro 3 apresentam-se os navios que foram empenhados na *Iniciativa Mar Aberto*.

Quadro 3 – Navios que participaram na Iniciativa Mar Aberto 2014-2021

Tipologia	Navio	Ano
Fragatas	NRP <i>Bartolomeu Dias</i>	2014, 2015
	NRP <i>Vasco da Gama</i>	2016
	NRP <i>Alvares Cabral</i>	2017, 2018, 2019
Reabastecedor	NRP <i>Bérrio</i>	2017, 2018
Patrulhas Oceânicas	NRP <i>Figueira da Foz</i>	2015
	NRP <i>Viana do Castelo</i>	2018
	NRP <i>Sines</i>	2019
	NRP <i>Setúbal</i>	2021
Navios Hidrográficos	NRP <i>Almirante Gago Coutinho</i>	2016, 2020
	NRP <i>D. Carlos I</i>	2017

Durante os períodos de missão, de forma a dotar os navios com capacidades que não se encontram previstas na sua lotação, embarcaram em diligência um Médico Naval, uma equipa de abordagem, constituída por cinco elementos da classe de Fuzileiros, e uma equipa de mergulhadores, constituída por dois elementos. Os Navios Hidrográficos embarcaram ainda uma equipa da Brigada Hidrográfica.



4.2 Ações desenvolvidas pelos navios da Marinha

Ribeiro (2020) menciona que, após a adoção do CCY, e face à maior estruturação do envolvimento internacional no GdG, a *Iniciativa Mar Aberto* foi adaptada, tendo alargado a ação a outros Estados da região (para além dos da CPLP) e a atividades organizadas por países aliados.

Neste contexto, Ribeiro (2020) descreve, em termos gerais, o conjunto de ações tipicamente executadas pelos navios durante as missões da *Iniciativa Mar Aberto*, destacando as seguintes:

- Promover o desenvolvimento de capacidades em ações de vigilância e fiscalização no mar através da realização de exercícios conjuntos e do embarque de elementos das marinhas dos países visitados;
- Prestar apoio humanitário, com colaboração de serviços e realização de palestras, pelas equipas médicas de bordo, em zonas com limitado acesso a cuidados de saúde;
- Exercer consciencialização e criação de cultura marítima, através da realização de palestras, ou promovendo visitas a bordo de diversas organizações e instituições locais, com enfoque nas da área do ensino;
- Realizar ações de cariz científico, tais como trabalhos relacionados com as ciências do mar, tais como a realização de levantamentos hidrográficos, contribuindo para o desenvolvimento científico e a defesa do ambiente marinho;
- Apoiar as ações externas do Estado, nomeadamente em visitas de altos responsáveis políticos e representações diplomáticas.

Para além das ações mencionadas, importa salientar igualmente as atividades desenvolvidas no quadro do apoio às ações de CDD tuteladas pela Direção-Geral de Política de Defesa Nacional, bem como as ações de colaboração em eventos de formação e treino, nas áreas de navegação, hidrografia, oceanografia, marinharia, limitação de avarias, fiscalização marítima e segurança marítima.

Os navios empenhados na *Iniciativa Mar Aberto*, entre 2014 e 2021, desenvolveram um rol de ações discriminadas por navio/missão no Quadro 6 do Apêndice E.

4.3 Presença Naval

A nível securitário verifica-se que as capacidades navais dos países do GdG são limitadas. Esta lacuna traduz-se na incapacidade de manter a sua presença permanente nos



espaços marítimos sob sua jurisdição e, consequentemente, garantir o necessário conhecimento situacional em apoio ao exercício da autoridade do Estado no mar.

Como resposta internacional coordenada ao referido, a UE desenvolveu o conceito das PMC. Este conceito traduz-se na utilização de meios navais e aéreos dos Estados-membros que já se encontrem em trânsito ou em operações na região com o objetivo de proporcionar um maior empenhamento operacional europeu e promover a cooperação internacional no domínio da segurança marítima (Ribeiro, 2021).

Neste âmbito, em 2021, foi implementado o 1º projeto-piloto PMC no qual participou o NRP *Setúbal*. Este projeto contou ainda com a colaboração de navios das marinhas espanhola, francesa e italiana. Esta interação tornou possível o treino nas seguintes áreas: deteção e partilha do panorama situacional marítimo através de comunicações táticas; dissuasão de ameaças de superfície; patrulhas ao longo da área norte do GdG; tiro contra ameaças hostis; e aproximações para reabastecimento no mar (Comando do NRP *Setúbal*, 2021a).

Considerando que “Presença Naval” se constitui como uma importante ação dissuasora com impacto nas operações militares e securitárias, considera-se que a presença nos diversos portos de países do GdG, bem como a navegação em águas de jurisdição dos Estados ribeirinhos, traduziu-se numa ação significativa de reforço da segurança marítima na região. Realça-se que, desde 2014, os navios da Marinha Portuguesa atracaram/fundearam em onze países do GdG (Cabo Verde, Senegal, Guiné-Bissau, Costa do Marfim, Gana, Togo, Nigéria, Camarões, Guiné Equatorial, STP e Angola), conforme explanado no Quadro 6 do Apêndice E.

4.4 Exercícios Militares

Sob a égide do Comando norte-americano para África (*United States Africa Command* – US AFRICOM), é promovido anualmente o exercício militar multinacional *Obangame Express*, no qual participam vários países aliados e parceiros africanos. Este exercício foi concebido para melhorar a cooperação regional, a consciencialização do domínio marítimo, práticas de partilha de informação, perícias em segurança marítima e treino de vistoria e abordagem, com vista ao melhoramento das capacidades coletivas das nações do GdG e de África Ocidental no combate à atividade marítima ilícita (US Naval Forces Europe-Africa, s.d.).

Verificou-se que desde 2014 a Marinha participou em todos os exercícios *Obangame Express*, exceto no ano 2020. A participação portuguesa tem sido efetuada com recurso a



fragatas e ao navio reabastecedor, excetuado 2021, ano em que foi empenhado o NRP *Setúbal* (Patrulha Oceânico).

Verificou-se que no decorrer das missões foram realizados vários exercícios navais de oportunidade denominados “PASSEX” (*Passing Exercise*) com unidades militares navais pertencentes a países aliados em operação no GdG. Estas interações ocasionais, para além de se constituírem como excelentes oportunidades para adestramento e interoperabilidade entre as unidades navais, permitiram treino específico relacionado com a segurança marítima.

4.5 Síntese conclusiva

A iniciativa *Mar Aberto* é um claro contributo militar nacional para o reforço da segurança marítima no GdG, em particular para os países da CPLP. Verificou-se que a Marinha Portuguesa para o cumprimento da sua missão procurou desenvolver em contexto cooperativo um diversificado conjunto de ações através dos diferentes tipos de navios e suas guarnições. Destaca-se, neste âmbito, o apoio ao desenvolvimento de capacidades em ações de vigilância e fiscalização no mar, a realização de ações de cariz científico, nomeadamente levantamentos hidrográficos que permitiram atualização de cartografia náutica, e a formação e treino nas diversas áreas chave, tais como a navegação, marinharia, fiscalização e segurança marítima. Estas ações decorrem quer em âmbito bilateral, quer através da participação em exercícios navais.



5. Missão de Fiscalização Conjunta e Capacitação Operacional de São Tomé e Príncipe pelo NRP *Zaire*

Portugal detém interesses económicos no GdG, conforme referido no capítulo quatro. As estreitas relações políticas e militares que conduz com os países da CPLP são uma forma de os potenciar, em particular através do contributo que presta na ajuda ao desenvolvimento das capacidades da GC dos estados ribeirinhos do daquela região, em concreto em STP. Estas intenções são legitimadas pelos imperativos securitários decorrentes da posição geográfica que este país ocupa no GdG, bem como pelas obrigações securitárias nos espaços marítimos onde exerce soberania e jurisdição e pela importância do mar para a sua economia (Ribeiro, 2019).

Em janeiro de 2018, em cumprimento do quadro de Acordo Bilateral de CDD entre Portugal e STP, a Marinha projetou o NRP *Zaire* nesse país com a missão de realizar ações conjuntas de vigilância e fiscalização e desenvolver atividades de capacitação da GC. Esta é uma clara forma a contribuir para a segurança marítima da região e para a edificação da capacidade operacional do país no exercício da autoridade do Estado no mar (Ribeiro, 2019).

Tendo completado três anos de missão em janeiro de 2021, a ação do *Zaire* tem alcançado grande notoriedade a nível local nos panoramas político, militar e social. Esta ação é evidenciada através do reconhecimento dos relevantes serviços que vem demonstrando. A nível internacional, a presença continuada de Portugal no GdG, por intermédio deste navio, é igualmente valorizada pelo importante contributo para o esforço internacional de promoção da segurança marítima na região (Comando do NRP *Zaire*, 2021a).

5.1 O navio

O NRP *Zaire* é um navio do tipo “patrulha costeiro” com 48,1 metros de comprimento, 2,2 metros de calado e 290 toneladas de deslocamento. Está equipado com uma peça de artilharia de 40 milímetros a vante e uma de 20 milímetros a ré, e possui diversos sensores e equipamentos, nomeadamente radar de navegação e sistemas de comunicações. Possui ainda duas embarcações orgânicas (um bote e uma semirrígida) para apoio às operações. Construído em 22 de dezembro de 1971 nos Estaleiros Navais do Mondego (Figueira da Foz), perspectiva-se que complete os 50 anos em missão em STP (Marinha, s.d. e).

Com vista ao cumprimento da missão, em particular no que diz respeito à capacitação daquela GC, a lotação do navio foi adaptada de forma a contemplar elementos da GC santomense, constituindo uma guarnição mista, o que representa um projeto único na



comunidade naval internacional (Comando do NRP Zaire, 2021). Seguindo um plano de integração com supervisão nacional, os militares foram gradualmente introduzidos na orgânica de bordo de forma a executarem determinadas tarefas e ocupando cargos específicos. De acordo com T. Vieira (entrevista por e-mail, 7 de julho de 2021), comandante do NRP *Zaire* em funções, a guarnição do navio é atualmente composta por 23 militares portugueses e 13 santomenses.

5.2 Objetivos da missão e linhas de ação

O cumprimento da missão do NRP *Zaire* assenta em cinco objetivos: 1) criar condições de sustentação logística e de permanência do navio em STP; 2) reforçar a confiança mútua e a consciencialização sobre a importância da segurança marítima; 3) apoiar o desenvolvimento da legislação e da governança marítima; 4) apoiar a edificação da capacidade operacional da GC de STP; 5) realizar atividades operacionais de fiscalização marítima conjunta. Com estes objetivos pretende-se alcançar o estado final desejável, ou seja, “o exercício da autoridade do Estado de STP no mar é reforçado e a sua GC atinge uma capacidade operacional inicial de fiscalização marítima” (Estado-Maior da Armada (EMA), 2018, p.3).

Para o cumprimento dos objetivos elencados foram definidas dezoito linhas de ação (EMA, 2018, pp.3-6), dos quais se destacam as seguintes:

- Estabelecer relações de proximidade e parceria com os atores políticos, militares e outros com relevância no domínio marítimo, bem como com atores relevantes de países terceiros, organizações internacionais e organizações não governamentais a operarem em STP;
- Apoiar o desenvolvimento de doutrina organizacional, operacional e técnica;
- Providenciar treino de forma gradual e faseada;
- Apoiar a seleção e a integração do pessoal da GC necessário para o desenvolvimento das atividades do projeto;
- Apoiar o desenvolvimento de infraestruturas, fundamentais para o funcionamento da GC (edifícios, oficinas, cais, etc.);
- Apoiar o reforço da interoperabilidade, designadamente através de sistemas de informação, comando e controlo e participação em exercícios internacionais de segurança marítima.



Esta missão, na sua génese, foi projetada para durar um ano. Contudo, foi previsto no Conceito de Missão, elaborado pelo EMA, a possibilidade de prolongamento da missão, o que se veio a verificar, mantendo-se o referido Conceito ainda em vigor (EMA, 2018, p.8).

5.3 Resultados alcançados

Decorridos cerca de três anos e meio de missão, o NRP *Zaire* conta com 4598 horas de navegação e 39543 NM percorridas. Para além das águas de jurisdição de STP, o navio também já operou nas Zonas Económicas Exclusivas da Nigéria, Camarões, Guiné Equatorial e Gabão (T. Vieira, *op. cit.*).

No âmbito das ações desenvolvidas, e devido ao facto de os militares da GC terem apresentado uma formação de base deficitária e falta de experiência em operação no mar, foi desenvolvido um plano de instrução, treino e execução, baseado num modelo de “*on-the-job training*” sob supervisão dos militares portugueses, complementado com ações de formação e treino por entidades formadoras da Marinha que se deslocaram a STP para o efeito.

Assim, em termos de formação, destaca-se o Estágio de Formação Inicial de Marinheiros (também com apoio de formadores brasileiros e santomenses), o curso de Aperfeiçoamento Básico em Limitação de Avarias e a instrução de manutenção de motores fora de borda, com vista à integração e aplicação a bordo, e o curso de Ações de Abordagem e condução de botes, com vista à realização de ações de fiscalização marítima (Comando do NRP *Zaire*, 2020a, pp.5-7).

Em termos de treino operacional, com o objetivo de avaliar as capacidades de resposta da guarnição (mista) perante diversos cenários de operação e de resposta a emergência a bordo, foi efetuado “treino assistido” por Equipas de Avaliação do Centro de Integrado de Treino e Avaliação Naval, em 2018 e em 2019 (Comando do NRP *Zaire*, 2020a, pp.5-7).

Relativamente ao apoio às operações, foi edificada uma rede de comunicações rádio que permite a troca de informações entre o Centro de Operações Marítimas (COM) da GC e o Centro de Operações Marítimas/Centro de Busca e Salvamento de Lisboa, bem como prestar apoio ao navio durante as suas missões de patrulha e vigilância. Aos militares do GC, no sentido de potencializar a reposta destes em situações de apoio às missões de fiscalização conjunta e ações de busca e salvamento, foi ministrado treino específico nas áreas de Comando, Controlo e Comunicações (Comando do NRP *Zaire*, 2020a, pp.5).

Quanto às ações desenvolvidas no mar, no período de janeiro de 2018 até à atualidade, registaram-se trinta e uma missões de fiscalização conjunta, tendo sido fiscalizados sete navios, entre os quais dois em presumível infração; doze Ações de Segurança Marítima, no



âmbito da pirataria, das quais sete ocorreram em 2021; catorze ações de busca e salvamento; e a participação em oito exercícios internacionais, das séries *Obangame Express*, *African NEMO* e *Grand African NEMO*³ (T. Vieira, *op. cit.*).

5.3 Síntese conclusiva

Ao longo do capítulo caracterizou-se a missão do NRP *Zaire* em STP, tendo-se identificado os objetivos da missão e as correspondentes linhas de ação para o cumprimento dos objetivos. Decorrente dos resultados alcançados da colaboração com STP, constata-se que a Marinha Portuguesa, através do meio naval, da sua guarnição e ainda de entidades formadoras, tem apoiado de forma significativa as pretensões de STP relativamente à capacitação da sua GC, verificando-se que a ação operacional do navio possibilitou o exercício da autoridade do Estado santomense na vigilância e no combate a ilícitos no mar contribuindo para o reforço da segurança marítima na região. Considera-se essencial para o alcançar dos objetivos a formação e treino, quer em terra, quer em operação no mar, bem como a integração de militares santomenses na guarnição do navio.

³ *African NEMO* e *Grand African NEMO* (*Navy's Exercise for Maritime Operations*) são exercícios navais multinacionais, coordenados pela Marinha Francesa, que visam o exercício de cooperação operacional concebido para reforçar as capacidades de segurança marítima dos Estados costeiros no GdG e apoiar o processo de Yaoundé 2013. O *Grand African NEMO* é um exercício anual, de grande envergadura e que decorre em toda a região do GdG simultaneamente.



6. Conclusões

A segurança marítima é uma preocupação real e com impacto mundial em várias dimensões, particularmente na económica. O GdG é uma região na qual subsistem diversas ameaças que afetam a segurança marítima, tais como a pirataria marítima e a criminalidade organizada, entre outras. Estes ilícitos condicionam o crescimento económico e limitam o prosperar dos Estados costeiros de África Ocidental e Central.

De forma a apoiar os Estados da região nos seus objetivos e iniciativas impulsionadas pelo CCY, a UE adotou a *European Union Strategy for the Gulf of Guinea* e o *Gulf of Guinea Action Plan*, assumindo um papel de ator regional enquanto promotor de segurança marítima.

Portugal, enquanto Estado-membro da UE e da CPLP, apoia o reforço da segurança marítima na região através das suas Forças Armadas, nomeadamente por intermédio de meios navais da Marinha em missões de âmbito bilateral e multilateral.

Quer a UE, quer a Marinha, sustentam os seus contributos para a segurança marítima através de ações de cooperação com variados parceiros e atores presentes na região.

Para o desenvolvimento do estudo proposto, utilizou-se um raciocínio dedutivo, partindo da descrição e caracterização da EUSGG e da ação dos meios navais da Marinha Portuguesa em missão no GdG de forma a identificar contributos para o desenvolvimento do conceito para a Segurança Marítima Cooperativa. Adotou-se uma estratégia qualitativa, desenvolvendo-se um estudo de caso, num horizonte transversal.

Para orientar a investigação, definiu-se como OG “analisar contributos para o desenvolvimento de um conceito de segurança marítima cooperativa, com base na Estratégia da UE e nos resultados operacionais da Marinha Portuguesa no GdG”, A partir do OG definiram-se três OE para os quais foram formuladas três QD às quais se pretendeu dar resposta ao longo dos três capítulos anteriores.

No primeiro OE procura-se “descrever a Estratégia da UE para o GdG, numa perspetiva de ator promotor da segurança marítima”. Deste derivou a QD1 “Que linhas de ação a UE estabelece no âmbito da Estratégia para o GdG e que contribuem para a segurança marítima num contexto cooperativo?”, a qual foi respondida no terceiro capítulo. A UE e os seus Estados-membros, em colaboração com diversos parceiros regionais e internacionais, dos quais se destaca a CEEAC, a CEEAO, a CGG, a MOWCA e o G7++FoGG, reúnem sinergias em prol da melhoria da segurança marítima e da capacitação dos Estados costeiros do GdG. No GoGAP, a CUE estabelece 67 ações concretas que visam alcançar os objetivos



a que se propõem. Apontam-se as principais ações elencadas de âmbito cooperativo: Estabelecer programas bilaterais e multilaterais com organizações regionais e nacionais; apoiar a capacitação dos centros de coordenação e de partilha de informação (âmbito “Arquitetura de Yaoundé”); apoiar a formação e treino; promover a cooperação regional e partilha de informação; promover operações e exercícios conjuntos; apoiar a implementação de tecnologias de informação e de comunicação; cooperar e coordenar ações com parceiros e organizações internacionais.

No segundo OE pretende-se “caracterizar as missões realizadas pela Marinha no âmbito *Iniciativa Mar Aberto*”. Este OE levou à QD2 “qual a contribuição da Marinha, face aos resultados alcançados nas missões âmbito *Mar Aberto*, para a segurança marítima, num contexto cooperativo?”, respondida no quarto capítulo. A Marinha Portuguesa, através da operacionalização da *Iniciativa Mar Aberto* contribui para o reforço da segurança marítima no GdG, em particular para os países da CPLP. Verificou-se que foi concretizado um diversificado conjunto de ações através dos diferentes tipos de navios e suas guarnições, em contexto cooperativo, quer de âmbito bilateral, quer através da participação em exercícios navais. Apontam-se algumas das principais ações desenvolvidas pelos navios que privilegiam a dinâmica cooperativa na segurança marítima: promoção do desenvolvimento de capacidades em ações de vigilância e fiscalização no mar, através de exercícios conjuntos e do embarque de elementos das marinhas dos países visitados; consciencialização e criação de cultura marítima, através da realização de palestras, ou promovendo visitas a bordo de diversas organizações e instituições; realização de ações de cariz científico, contribuindo para o desenvolvimento científico; formação e treino, nas áreas de navegação, hidrografia, marinharia, limitação de avarias, fiscalização marítima e segurança marítima. Realça-se ainda o fator “Presença Naval” e o seu efeito dissuasor, registando-se a presença de navios militares portugueses em águas territoriais (e respetivos portos) de onze países do GdG.

Por fim, com o terceiro OE, visa-se “caracterizar a participação do NRP *Zaire* na missão de Fiscalização Conjunta e Capacitação Operacional e Marítima de STP” que conduziu à QD3 “qual a contribuição da Marinha, face aos resultados alcançados pelo NRP *Zaire* no GdG, para a segurança marítima, num contexto cooperativo?”, respondida no quinto capítulo. A Marinha Portuguesa, através do navio, da sua guarnição e ainda de entidades formadoras que se deslocaram a STP no âmbito do projeto, tem contribuído de forma muito significativa para o alcançar dos objetivos santomenses relativamente à capacitação da sua GC. Por intermédio do navio, que opera com guarnição mista, tem sido possível o país



exercer a autoridade do Estado na vigilância e no combate a ilícitos no mar contribuindo para o reforço da segurança marítima nas águas de sua responsabilidade, registando-se dezenas de ações de fiscalização conjunta e de ações de busca e salvamento, bem como doze ações de segurança marítima no âmbito da pirataria.

Com o esclarecimento das QD associadas aos respetivos OE, retiram-se conclusões que permitem responder à QC “que contributos para o desenvolvimento de um conceito de segurança marítima cooperativa se consegue estabelecer, com base na Estratégia da UE e nos resultados operacionais da Marinha Portuguesa no GdG?”. Considera-se que o conceito para a segurança marítima cooperativa consiste num conceito abrangente que assente nas seguintes variáveis: definição e caracterização de ameaças à segurança marítima e riscos inerentes; identificação de parceiros com uma visão comum relativamente à ameaça; definição de objetivos partilhados e estado final a alcançar; e determinação de linhas de ação a desenvolver tendo em consideração os meios e as capacidades dos intervenientes, num determinado horizonte temporal.

Como contributos para o conhecimento, considera-se que esta investigação contribuiu para uma melhor compreensão do contexto securitário do GdG e dos contributos nacionais e da UE para a melhoria da segurança marítima na região.

Como limitação ao desenvolvimento do estudo, salienta-se a abrangência do tema, conferindo alguma dificuldade na identificação e seleção das fontes.

Durante o desenvolvimento da investigação foi mencionado o Projeto-piloto das PMC, que por ser um projeto recente não foi alvo de aprofundamento, contudo, considera-se pertinente uma abordagem dedicada a esta temática em estudos futuros, pelo que sugere o seguinte tema: “Presenças Marítimas Coordenadas - qual o contributo para segurança marítima no Golfo da Guiné?”.



Referências Bibliográficas

- Academia das Ciências de Lisboa. (2011). *Definição / Conceito de Ciências Militares (Ofício)*. Lisboa.
- Bernardino, L. (2021, 9 de março) A Geopolítica de Segurança no Golfo da Guiné e os interesses da EU e de Portugal. *Jornal da Economia do Mar*. Retirado de <http://www.jornaldaeconomiadomar.com/a-geopolitica-de-seguranca-no-golfo-da-guine-e-os-interesses-da-ue-e-de-portugal/>
- Comando do NRP Almirante Gago Coutinho (2017a, fevereiro). Iniciativa Mar Aberto – Parte 1. *Revista da Armada*, 515, pp. 10-12. Retirado de https://www.marinha.pt/conteudos_externos/Revista_Armada/PDF/2017/RA515.pdf
- Comando do NRP Almirante Gago Coutinho (2017b, março). Iniciativa Mar Aberto – Parte 2. *Revista da Armada*, 516, pp. 11-13. Retirado de https://www.marinha.pt/conteudos_externos/Revista_Armada/PDF/2017/RA516.pdf
- Comando do NRP Almirante Gago Coutinho (2021, abril). NRP Almirante Gago Coutinho – Iniciativa Mar Aberto 20.2. *Revista da Armada*, 561, pp. 9-11. Retirado de https://www.marinha.pt/conteudos_externos/Revista_Armada/PDF/2021/RA561.pdf
- Comando do NRP Álvares Cabral (2017, outubro). NRP Álvares Cabral – Iniciativa Mar Aberto. *Revista da Armada*, 522, pp. 8-10. Retirado de https://www.marinha.pt/conteudos_externos/Revista_Armada/PDF/2017/RA522.pdf
- Comando do NRP Álvares Cabral (s.d.). *Iniciativa Mar Aberto 18.1* (Relatório de Missão). NRP Vasco da Gama: Autor.
- Comando do NRP Álvares Cabral (2019a, abril). NRP Álvares Cabral – Iniciativa Mar Aberto 19.1 – 1ª Parte. *Revista da Armada*, 539, pp. 6-7. Retirado de https://www.marinha.pt/conteudos_externos/Revista_Armada/PDF/2019/RA539.pdf
- Comando do NRP Álvares Cabral (2019b, abril). NRP Álvares Cabral – Iniciativa Mar Aberto 19.1 – 2ª Parte. *Revista da Armada*, 540, pp. 8-9. Retirado de https://www.marinha.pt/conteudos_externos/Revista_Armada/PDF/2019/RA540.pdf
- Comando do NRP Bartolomeu Dias (2014a, maio). NRP Bartolomeu Dias – De Lisboa ao Golfo da Guiné - Parte 1. *Revista da Armada*, 485, pp. 6-8. Retirado de https://www.marinha.pt/conteudos_externos/Revista_Armada/PDF/2014/RA485.pdf
- Comando do NRP Bartolomeu Dias (2014b, julho). NRP Bartolomeu Dias – De Lisboa ao Golfo da Guiné - Parte 2. *Revista da Armada*, 487, pp. 9-11. Retirado de https://www.marinha.pt/conteudos_externos/Revista_Armada/PDF/2014/RA487.pdf



- Comando do NRP Bartolomeu Dias (2015a, maio). NRP Bartolomeu Dias – De Lisboa ao Lobito – Parte 1. *Revista da Armada*, 496, pp. 18-20. Retirado de https://www.marinha.pt/conteudos_externos/Revista_Armada/PDF/2015/RA496.pdf
- Comando do NRP Bartolomeu Dias (2015b, julho). NRP Bartolomeu Dias – De Lisboa ao Lobito – Conclusão. *Revista da Armada*, 498, pp. 6-9. Retirado de https://www.marinha.pt/conteudos_externos/Revista_Armada/PDF/2015/RA498.pdf
- Comando do NRP Bérrio (2018, julho). NRP Bérrio – A maior missão de sempre. *Revista da Armada*, 531, pp. 6-8. Retirado de https://www.marinha.pt/conteudos_externos/Revista_Armada/PDF/2018/RA531.pdf
- Comando do NRP Figueira da Foz (2015, outubro). NRP Figueira da Foz – Missão a África. *Revista da Armada*, 500, pp. 8-10. Retirado de https://www.marinha.pt/conteudos_externos/Revista_Armada/PDF/2015/RA500.pdf
- Comando do NRP Setúbal (2021a, maio). NRP Setúbal – Iniciativa Mar Aberto 21.1. *Revista da Armada*, 562, pp. 10-11. Retirado de https://www.marinha.pt/conteudos_externos/Revista_Armada/PDF/2021/RA562.pdf
- Comando do NRP Setúbal (2021b, junho). NRP Setúbal – Iniciativa Mar Aberto 21.1. *Revista da Armada*, 563, pp. 9-11. Retirado de https://www.marinha.pt/conteudos_externos/Revista_Armada/PDF/2021/563.pdf
- Comando do NRP Sines (2020, março). NRP Sines – Iniciativa Mar Aberto 19.2. *Revista da Armada*, 549, pp. 9-11. Retirado de https://www.marinha.pt/conteudos_externos/Revista_Armada/PDF/2020/RA549.pdf
- Comando do NRP Vasco da Gama (s.d.). Golfo da Guiné – Exercícios “OBANGAME/SAHARAN EXPRESS 16” e Ações de Cooperação Bilateral (Relatório de Missão). NRP Vasco da Gama: Autor.
- Comando da Unidade Tarefa 443.21.01 (2018, 28 de novembro). *Iniciativa Mar Aberto 18.2* (Relatório de Missão). NRP Viana do Castelo: Autor.
- Comando do NRP Zaire (2020a, 2 de dezembro). *Missão do NRP Zaire em São Tomé e Príncipe* (Apontamento 004). NRP Zaire: Autor. - RESERVADO
- Comando do NRP Zaire (2020b, julho). NRP Zaire – 2 anos a contribuir para a segurança marítima em São Tomé e Príncipe, 553, pp. 17-20. Retirado de https://www.marinha.pt/conteudos_externos/Revista_Armada/PDF/2020/RA553.pdf



- Comando do NRP Zaire (2021, março). NRP Zaire – Três anos na República Democrática de São Tomé e Príncipe, 560, pp. 10. Retirado de https://www.marinha.pt/conteudos_externos/Revista_Armada/PDF/2021/RA560.pdf
- Comando Naval (2017, setembro). Participação na Iniciativa Mar Aberto 2017 – 2º Semestre (INSTROP 23/17). Comando Naval: Autor.
- Comando Naval (2021a, junho). Newsletter Comando Naval N.º 31– NRP Setúbal - Iniciativa Mar Aberto 21.1 [Publicação em newsletter]. Comando Naval: Autor.
- Comando Naval (2021b, abril). Newsletter Comando Naval N.º 29 - NRP Setúbal - Iniciativa Mar Aberto 21.1 [Publicação em newsletter]. Comando Naval: Autor.
- Conselho da União Europeia. (2014a). *European Union Maritime Security Strategy*. Retirado de <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-11205-2014-INIT/en/pdf>
- Conselho da União Europeia (2014b). EU Strategy on the Gulf of Guinea – Foreign Affairs Council Meeting. Retirado de <https://www.consilium.europa.eu/media/28734/141582.pdf>
- Conselho da União Europeia (2014c, 17 de março). A UE adota uma estratégia para o Golfo da Guiné [comunicado de imprensa]. Retirado de <https://www.consilium.europa.eu/media/28731/141592.pdf>
- Conselho da União Europeia (2015a). Council conclusions on the Gulf of Guinea Action Plan 2015-2020. Retirado de <https://www.consilium.europa.eu/media/21521/st07168en15.pdf>
- Conselho da União Europeia (2015b, 16 de março). Conclusões do Conselho sobre o plano de ação para o Golfo da Guiné 2015-2020 [comunicado de imprensa]. Retirado de <https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2015/03/16/council-conclusions-gulf-guinea-action-plan-2015-2020/>
- Conselho da União Europeia (2021, janeiro). Conclusões do Conselho sobre o lançamento do projeto-piloto relativo ao conceito de presenças marítimas coordenadas no Golfo da Guiné. Retirado de <https://www.consilium.europa.eu/media/21521/st07168en15.pdf>
- Bueger, C. (2014). What is maritime security? Wales, Cardiff University. Retirado de <http://bueger.info/wp-content/uploads/2014/12/Bueger-2014-What-is-Maritime-Security-final.pdf>



- Estado-Maior da Armada (2018, 3 de janeiro). *Conceito da Missão de Fiscalização Conjunta e de Capacitação Operacional Marítima de São Tomé e Príncipe e Planeamento de Atividades* - 03JAN a 31DEZ18. Lisboa: Autor.
- ICC Portugal (2021, 13 de janeiro). *Golfo da Guiné regista o maior número de tripulantes raptados de sempre em 2020, de acordo com o relatório anual de pirataria do IMB*. Retirado de <https://www.icc-portugal.com/Noticias/golfo-da-guine-regista-o-maior-numero-de-tripulantes-raptados-de-sempre-em-2020-de-acordo-com-o-relatorio-anual-de-pirataria-do-imb>
- ICC Commercial Crime Services (2021, 13 de abril). *Gulf of Guinea remains world's piracy hotspot in 2021, according to IMB's latest figures*. Retirado de News - Gulf of Guinea remains world's piracy hotspot in 2021, according to IMB's latest figures (icc-ccs.org)
- ICC International Maritime Bureau (2021, abril). *PIRACY AND ARMED ROBBERY AGAINST SHIPS - REPORTED FOR PERIOD 1 January – 31 March 2021 (Relatório 1º trimestre 2021)*. Londres: Autor.
- Lampreia, R.P.G.F.S. (2019). *Uma análise prospetiva sobre a segurança marítima nacional, no horizonte 2030*. (Tese de Doutoramento em Relações Internacionais, Especialização em Estudos de Segurança e Estratégia). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa [NOVA FCSH]. Lisboa. Retirado de https://run.unl.pt/bitstream/10362/95337/1/01_TESE_DOUTORAMENTO_RI_Rui_Lampreia_CC09134663_23JAN2020.pdf
- Marinha (s.d. a). *Fragatas* [Página *online*]. Retirado de https://www.marinha.pt/pt/os_meios/fragatas
- Marinha (s.d. b). *Reabastecedor* [Página *online*]. Retirado de https://www.marinha.pt/pt/os_meios/reabastecedor
- Marinha (s.d. c). *Patrulhas Oceânicos* [Página *online*]. Retirado de https://www.marinha.pt/pt/os_meios/patrulhasoceanicos
- Marinha (s.d. d). *Hidrogáficos* [Página *online*]. Retirado de https://www.marinha.pt/pt/os_meios/hidrograficos
- Marinha (s.d. e). *NRP Zaire – Classe Cacine* [Página *online*]. Retirado de https://www.marinha.pt/pt/os_meios/patrulhas/Paginas/NRP-ZAIRE.aspx



- Ministério da Defesa (s.d.). Missões Internacionais [Página *online*]. Retirado de <https://www.defesa.gov.pt/pt/pdefesa/mi>
- Ministério da Defesa (2021, janeiro). Intervenção do Ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho, por ocasião da sessão de apresentação das FND para 2021 aos Órgãos de Comunicação Social (Conferência de Imprensa). Retirado de https://www.defesa.gov.pt/pt/comunicacao/intervencoes/Lists/PDEFINTER_IntervencoesList/20210106_MDN_Discurso-Apresentacao-FND-2021.pdf
- NEP/INV. (2020a). *Procedimentos relativos à elaboração de trabalhos de investigação realizados no âmbito de cursos que não atribuem grau académico*. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- NEP/INV. (2020b). *Estrutura e regras de citação e referenciação de trabalhos escritos a realizar no Instituto Universitário Militar*. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Piedade, J. (2018). Segurança Marítima e os Estudos de Segurança: Revisão da Literatura. *Relações Internacionais*, 57 pp. 11-24. Retirado de <https://run.unl.pt/handle/10362/63895>
- Ribeiro, A. S. (2019). O NRP *Zaire* e a segurança marítima de São Tomé e Príncipe. *Público*. Retirado de <https://observador.pt/opiniao/a-iniciativa-mar-aberto/>
- Ribeiro, A. S. (2020). Iniciativa Mar Aberto 2015-2019. *Observador Online*. Retirado de <https://observador.pt/opiniao/a-iniciativa-mar-aberto/>
- Ribeiro, A. S. (2021). A Iniciativa “Mar Aberto” e as Presenças Marítimas Coordenadas. *Observador Online*. Retirado de <https://observador.pt/opiniao/a-iniciativa-mar-aberto-e-as-presencas-maritimas-coordenadas/>
- Santos, L. A., & Lima, J. M. (2019). *Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação*. (2ªed, revista e atualizada). Cadernos do IUM, 8. Lisboa: Instituto Universitário Militar. Retirado de https://cidium.ium.pt/docs/publicacoes/CADERNO_8.pdf
- Serviço Europeu para a Ação Externa (2021, 25 de janeiro). EU Maritime Security Factsheet: The Gulf of Guinea. Retirado de https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/52490/eu-maritime-security-factsheet-gulf-guinea_en
- Sousa, F. (2005). *Dicionário de Relações Internacionais*. Edições Afrontamento, CEPESSE. Retirado de <https://politica210.files.wordpress.com/2015/05/dicionario-das-relac3a7oes-internacionais.pdf>



US Naval Forces Europe-Africa (s.d.). OBANGAME EXPRESS [Página *online*]. Retirado de <https://www.dvidshub.net/feature/Obangameexpress>



Apêndice A – Modelo de Análise

Quadro 4 – Modelo de Análise

Tema	Conceito para a Segurança Marítima Cooperativa.				
Objeto de Estudo	Segurança marítima no GdG, num contexto cooperativo no quadro da UE, entre 2014 e 2021.				
Objetivo Geral (OG)	Analisar contributos para o desenvolvimento de um conceito de segurança marítima cooperativa, com base na Estratégia da UE e nos resultados operacionais da Marinha Portuguesa no GdG.				
Objetivos Específicos (OE)	Questão Central (QC)	Que contributos para o desenvolvimento de um Conceito de Segurança Marítima Cooperativa se consegue estabelecer, com base na Estratégia da UE e nos resultados operacionais da Marinha Portuguesa no GdG?			
	Questões Derivadas (QD)	Conceito	Dimensão	Indicadores	Técnicas de Recolha
OE1 Descrever a Estratégia da UE para o Golfo da Guiné, numa perspetiva de ator promotor da segurança marítima.	QD1 Que linhas de ação a União Europeia estabelece no âmbito da Estratégia para o GdG e que contribuem para a segurança marítima num contexto cooperativo?	Segurança Marítima	Estratégia Cooperação	- Ameaças - Parceiros - Projetos	Análise Documental
OE2 Caracterizar as missões realizadas pela Marinha no âmbito <i>Iniciativa Mar Aberto</i> .	QD2 Qual a contribuição da Marinha, face aos resultados alcançados nas missões âmbito <i>Mar Aberto</i> , para a segurança marítima, num contexto cooperativo?		Operações Militares Cooperação	- Capacidades - Formação - Exercícios - Presença Naval	
OE3 Caracterizar a participação do NRP Zaire na missão de Fiscalização Conjunta e Capacitação Operacional Marítima de São Tomé e Príncipe.	QD3 Qual a contribuição da Marinha, face aos resultados alcançados pelo NRP Zaire no GdG, para a segurança marítima, num contexto cooperativo?		Operações Militares Cooperação	- Capacidades - Formação - Exercícios - Presença Naval	
Delimitação	Domínios	Espaço		Golfo da Guiné	
		Conteúdo		Segurança Marítima	
		Tempo		2014-2021	
Metodologia de Investigação	Metodologia de Raciocínio	Estratégia de Investigação		Desenho de Pesquisa Horizonte Temporal	
	Dedutivo	Qualitativa		Estudo de Caso Transversal	



Apêndice B – Arquitetura de Yaoundé

Em junho de 2013, os governos dos países do GdG, assinaram o "Código de Conduta Yaoundé", conforme mencionado no capítulo 3 do TII.

De acordo com este Código de Conduta, os signatários criaram Centros Regionais de coordenação e de partilha de informação. Estes incluem:

- O Centro de Coordenação Inter-regional (*Interregional Coordination Centre - ICC*) em Yaoundé, nos Camarões;
- O Centro Regional de Segurança Marítima da África Ocidental (CRESMAO) em Abidjan, na Costa do Marfim;
- O Centro Regional de Segurança Marítima da África Central (CRESMAC) em Pointe Noire, no Congo.

Foram também criados cinco Centros de Coordenação Marítima Multinacionais (*Multinational Maritime Coordination Centers - MMCC*) divididos por cinco zonas costeiras, sendo estas as seguintes:

- Zona A - MMCC Luanda, abrangendo Angola, Congo e República Democrática do Congo;
- Zona D - MMCC Douala, abrangendo o Gabão, a Guiné Equatorial e os Camarões;
- Zona E - MMCC Cotonou, abrangendo o Benim a Nigéria, e o Togo;
- Zona F - MMCC Acra, abrangendo o Gana, Costa do Marfim, Libéria, Serra Leoa e Guiné;
- Zona G - MMCC Praia, abrangendo a Guiné-Bissau, Senegal, Gâmbia e Cabo Verde;

A Figura 8 e a figura 9, representam graficamente o exposto acima. Através da Figura 8 pode-se verificar a orgânica funcional que liga os diferentes Centros e Comissões. Pela Figura 9 pode se aferir a localização dos diferentes Centros regionais.

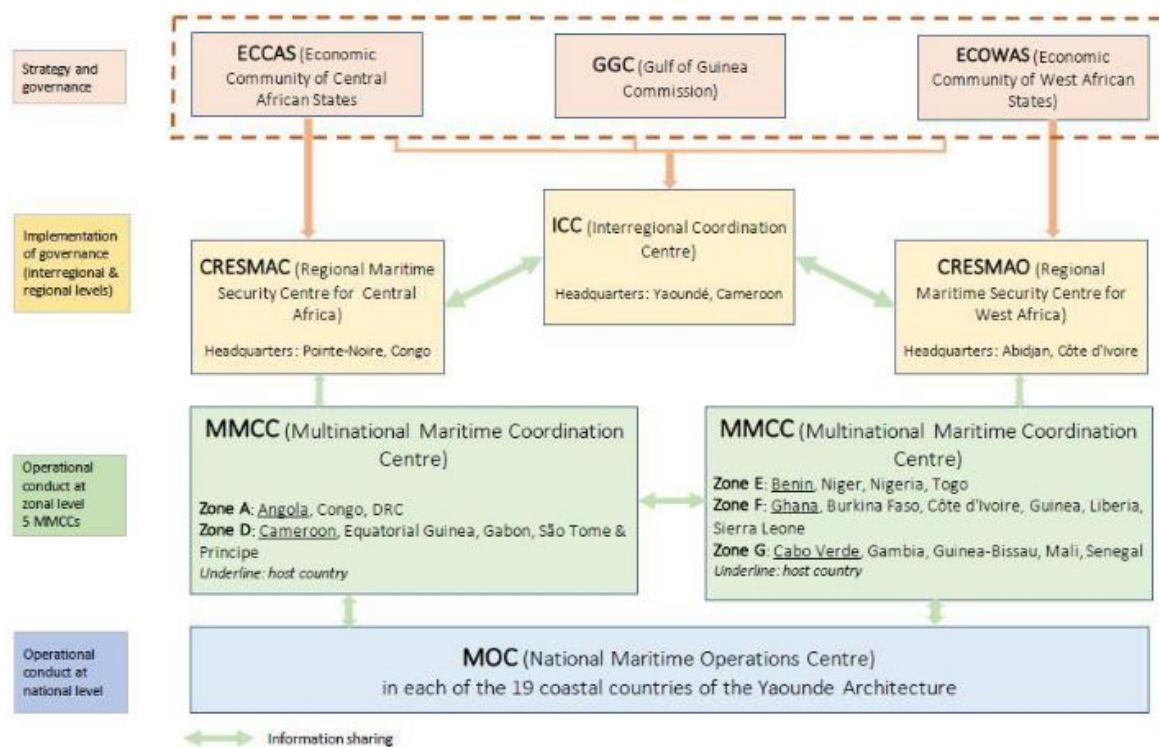


Figura 1 – Organograma da Arquitetura de Yaoundé

Fonte: Disponível em SEAE (2021)



Figura 2 – Centros Regionais de coordenação e partilha de informação

Fonte: Disponível em SEAE (2021)



Apêndice C – Objetivos e resultados esperados no GoGAP

Objetivo Geral: contribuir para o desenvolvimento sustentável das economias dos Estados costeiros de África Ocidental e Central, promovendo a importância da boa governação e da segurança no setor marítimo (CUE, 2015a, p.25)

Objetivos estratégicos e resultados esperados: conforme explanado no Quadro 4

Quadro 4 – Objetivos Estratégicos e resultados esperados (GoGAP)

Objetivos Estratégicos	Resultados Esperados
1. Desenvolver um entendimento comum da dimensão da ameaça no GdG e da necessidade de lhe dar resposta por parte dos países da região e comunidade internacional.	1.1 Diálogos bilaterais com a CEEAC, CEEAO, CGG, União Africana e governos nacionais.
	1.2 Relatórios regulares e análises de riscos com os Estados-Membros da UE e parceiros internacionais.
	1.3 Partilha de informação sobre atividades entre todas as partes interessadas.
2. Fortalecer as organizações e instituições a nível regional e nacional.	2.1 Capacitação das instituições regionais e nacionais.
	2.2 Melhoria na partilha de informação e implementação de tecnologias de informação e comunicação de última geração.
	2.3 Melhoria da cooperação policial e judicial (incluindo alfândegas, guarda costeira, polícia marítima e polícia militar)
	2.4 Melhorias na cooperação transnacional (zonal).
3. Tornar as Economias e comunidades costeiras mais prósperas e resilientes.	3.1 Melhoria da governação de indústrias-chave (incluindo a pesca e as indústrias extrativas).
	3.2 Apoio a projetos de infraestruturas, incluindo portos.
	3.3 Apoio ao crescimento e ao emprego nas zonas costeiras.
	3.4 Facilitação da investigação para compreender causas conducentes à criminalidade e apoio aos jovens e a iniciativas educativas para mitigar esta.
4. Reforçar as estruturas de cooperação entre os países da região e organizações regionais, e entre os Estados-Membros da UE e os parceiros internacionais.	4.1 Incentivo à cooperação regional, para além de declarações de intenções.
	4.2 Diálogos políticos coordenados para a implementação do Código de Conduta Yaoundé.
	4.3 Apoio à coordenação interna da CEEAC, da CEEAO e do CGG com os seus Estados-membros, entre si e com parceiros externos.

Fonte: Adaptado a partir CUE (2015a, pp.25-26)



Apêndice D – Caracterização das ameaças no GdG

O CUE (2014b, pp.3-5) identifica e caracteriza na EUSGG as principais ameaças que assolam a região.

Pirataria e assalto à mão armada no mar: na década que antecedeu a adoção da EUSGG, verificou-se que das centenas de ataques e tentativas de ataque reportados, mais de 80% ocorreu em águas sob jurisdição dos países do GdG (tendo grande parte ocorrido na costa da Nigéria), enquanto os restantes ocorreram em águas internacionais. Os ataques efetivaram-se essencialmente em navios atracados e em navios em aproximação ou largada de portos, plataformas petrolíferas e reservatórios de armazenamento de gás.

De acordo com o relatório anual de pirataria da *International Chamber of Commerce's* (ICC) *International Maritime Bureau* (IMB) de 2020, registou-se o sequestro de 135 tripulantes a partir dos seus navios, sendo que mais de 95% destes ocorreu no GdG, concretamente 130 tripulantes sequestrados em 22 incidentes distintos. Este constitui um número recorde de sequestros de tripulantes. A ICC IMB considera que os incidentes ocorridos no GdG são revestidos de grande perigosidade, uma vez que 80% dos ataques foram perpetrados com recurso a armas de fogo. Esta organização destaca ainda a tendência verificada de aumento do raio de ação da pirataria, tendo sido reportado um ataque a cerca de 200 milhas de terra, o que revela o aumento das capacidades dos piratas do GdG para operar cada vez mais longe de costa (ICC Portugal, 2021).

Durante o primeiro trimestre de 2021, o GdG continua a ser considerado pela ICC IMB como a região mais afetada pela pirataria marítima, tendo sido reportados 16 ataques, cuja localização se encontra vertida na Figura 11, ou tentativas de ataque (43% do total mundial), dos quais resultaram 40 tripulantes sequestrados e um 1 morto (ICC IMB, 2021; ICC Commercial Crime Services, 2021).



Figura 1 – Localização dos ataques piratas no GdG (1º semestre 2021)

Fonte: ICC International Maritime Buureau (2021, p.34)

Crime Organizado: consubstancia-se de diversas formas, tais como o tráfico de droga, de seres humanos, de armas, de diamantes, de medicamentos contrafeitos, cibercrime e lavagem de dinheiro, sendo que estas atividades se estendem do interior da região para as fronteiras marítimas. As rotas associadas ao tráfico coincidem com as áreas de maior instabilidade e crise. O tráfico de droga, particularmente de cocaína, e de armas representam um impacto significativo no enfraquecimento das instituições de governação em diversos países da Africa Ocidental. Verifica-se ainda o tráfico de matérias-primas como o cacau, algodão, matérias-primas, castanha de caju e ouro.

Roubo de petróleo: esta atividade ilegal provoca grande impacto negativo nas receitas governamentais, força o aumento de custos com segurança e desencoraja o investimento na indústria e comércio de petróleo. Concretiza-se essencialmente através da extração ilícita de petróleo bruto dos oleodutos em terra bem como por atos de pirataria sobre navios petroleiros para roubo do combustível. O petróleo roubado tem como principal destino a introdução no mercado negro.

Pesca Ilegal: Sendo a pesca um dos setores mais importantes em muitos dos países do GdG, a consumação de pesca ilegal, não declarada e não regulamentada tem um grande impacto na economia desses países, representando ainda uma ameaça à preservação



sustentável das espécies piscícolas o que poderá levar ao colapso da indústria piscatória. Estima-se que o total de capturas na costa do GdG seja cerca de 40% superior ao declarado.

Desemprego: Estima-se que o desemprego nos países do Golfo da Guiné atinja 40% da população, sendo que estes valores poderão ultrapassar os 60% na população mais jovem. A insegurança alimentar nas zonas rurais tem incentivado a migração das zonas rurais para as cidades, o que provoca um rápido crescimento da população urbana, que já se depara com infraestruturas sociais e económicas difíceis e cria tensões entre a população urbana. Um elevado nível de desemprego tem incentivado os jovens a enveredarem por atividades criminosas simplesmente para terem um meio de subsistência, ou conduzindo-os à migração ilegal, sujeitando-se a condições extremamente perigosas.



Apêndice E– Programas e Projetos da UE no GdG

Conforme divulgado pelo SEAE (2021), elencam-se os diversos programas em que a UE participa:

O Mecanismo de Monitorização, Apoio e Avaliação das Rotas Marítimas Críticas (CRIMSON) é um projeto abrangente de 2 milhões de euros que interliga e promove a compreensão de todos os componentes do Programa de Rotas Marítimas Críticas, atualmente implementado no Golfo da Guiné e no Oceano Índico.

A Rede Inter-Regional do Golfo da Guiné (GoGIN), lançada em dezembro de 2016, é um projeto de 9,3 milhões de euros que visa melhorar a segurança marítima nos 19 países da região, principalmente através do apoio à formação e da criação da rede de partilha regional de informação da arquitetura de Yaoundé.

O Programa de Apoio à Segurança Marítima Integrada da África Ocidental (SWAIMS), iniciado em 2019 com 28 milhões de euros, tem como objetivo apoiar a implementação da Estratégia Marítima Integrada da CEEAO e melhorar a segurança e segurança marítima no Golfo da Guiné, com especial atenção na ajuda no quadro jurídico, na capacitação e na implementação deste programa.

O Programa de Apoio à Estratégia de Segurança Marítima na África Central (PASSMAR), lançado em 2019, com 10 milhões de euros de apoio à região da África Central, reforçando o quadro institucional, jurídico e operacional da cooperação marítima transfronteiriça, incluindo com o sector privado e a sociedade civil.

O Programa de Melhoria da Governação Regional das Pescas na África Ocidental (PESCAO), lançado em 2018 com um orçamento de 15 milhões de euros, visa reforçar a abordagem regional da utilização e gestão sustentável dos recursos piscícolas, incluindo o combate à pesca ilegal, não declarada e não regulamentada.

O Programa de Segurança Portuária da África Ocidental e Central (WeCAPS), iniciado em 2019, com o objetivo de melhorar a segurança portuária em países parceiros direcionados na África Ocidental e Central.



O Programa de Melhoria da Eficiência Aduaneira e Operacional dos Portos Africanos (IPCOEA), iniciado em 2019 com um orçamento de 1,88 milhões de euros com o objetivo de melhorar a eficiência das alfândegas, no desalfandegamento de mercadorias e dos processos administrativos nos portos da região da CEDEAO através da implementação de um Sistema de Janelas Únicas, disponibilizando todos os serviços num só espaço.

O Projeto de Cooperação dos Portos Marítimos (SEACOP), iniciado em 2015, com um orçamento de 6 milhões de euros, com o intuito de aumentar as capacidades e reforçar a cooperação contra o tráfico ilícito marítimo nos países e redes criminosas associadas na rota transatlântica de cocaína.

O Programa de Reforço da Investigação Criminal e da Cooperação em Matéria de Justiça Penal ao longo das Rotas do Tráfico de Droga (CRIMJUST), que decorre desde 2016, é um projeto de 12 milhões de euros implementado pela UNODC que visa aumentar as capacidades e integridade das instituições de justiça criminal para a cooperação regional e inter-regional para combater o tráfico de droga e a criminalidade organizada transnacional na África Ocidental.

**Apêndice F – Resumo das missões âmbito Iniciativa Mar Aberto 2014-2021**

Decorrente da consulta de diversas fontes, é apresentado no Quadro 6 um resumo das missões realizadas entre 2014 e 2021.

Quadro 6 – Resumo de missões âmbito Iniciativa Mar Aberto 2014-2021

Ano	Período	Navio	Presença Naval		Ações âmbito Segurança Marítima / Exercícios de Mar	Fonte
			País	Portos/Fundeadouros		
2014	28 de fevereiro a 20 de maio	NRP Bartolomeu Dias (Fragata)	Angola	Lobito	<ul style="list-style-type: none">- participação Exercício SAHARAN EXPRESS 14;- participação Exercício OBANGAME EXPRESS 14;- PASSEX com corveta francesa;- embarque de Instrução de cadetes angolanos;- embarque de fuzileiros angolanos para treino de abordagem e vistoria;- ações de vigilância e fiscalização com embarque de elementos das GC e inspetor das pescas (Cabo Verde e STP)- ações de formação em terra âmbito CDD (Angola, Cabo Verde e STP)- visitas ao navio de escolas angolanas;- apoio a atividades protocolares/diplomáticas;	<ul style="list-style-type: none">- Comando do NRP Bartolomeu Dias (2014a, pp.-6-8)- Comando do NRP Bartolomeu Dias (2014b, pp.9-11)
				Luanda		
			Cabo Verde	Mindelo		
				Praia		
			Camarões	Douala		
			STP	Baía Ana Chaves		
2015	2 de março a 12 de maio	NRP Bartolomeu Dias (Fragata)	Angola	Lobito	<ul style="list-style-type: none">- participação Exercício SAHARAN EXPRESS 15;- participação Exercício OBANGAME EXPRESS 15;- PASSEX com Polivalente de Logística Francês e com corveta espanhola;- embarque de oficiais âmbito CTM- embarque de Instrução de cadetes angolanos;- ações de vigilância e fiscalização com embarque de elementos das GC e inspetor das pescas (Cabo Verde e STP);- embarque de fuzileiros angolanos e elementos da GC STP para treino de abordagem e vistoria a navios;- ações de formação em terra âmbito CDD (Angola, Cabo Verde e STP);- apoio médico-sanitário e apoio técnico em comunidade piscatória, (Cabo Verde);- apoio a atividades protocolares/diplomáticas;	<ul style="list-style-type: none">- Comando do NRP Bartolomeu Dias (2015a, pp.18-20)- Comando do NRP Bartolomeu Dias (2015b, pp.6-9)
				Luanda		
			Cabo Verde	Mindelo		
				Praia		
			Gana	Tema		
			STP	Baía Ana Chaves		



2015	2 de março a 12 de maio	NRP Figueira da Foz (Patrulha Oceânico)	Angola	Luanda	<ul style="list-style-type: none"> - embarque de oficiais da Marinha de Guerra Angolana âmbito CTM; - treino de socorrismo de combate com os fuzileiros navais angolanos e cabo verdianos; - doação 2 embarcações com respetivos motores e equipamentos à Marinha de Guiné Bissau, âmbito CDD; - doação 2 botes de assalto, com respetivos motores e palamenta a Cabo Verde, âmbito CDD; - recebidos a bordo 200 cadetes angolanos para formação práticas em diversas áreas; - apoio a atividades protocolares/diplomáticas; - realização de consultas médicas à população STP; 	- Comando do NRP Figueira da Foz (2015, pp.8-10)
			Cabo Verde	Praia		
			Guiné Equatorial	Malabo		
			Guiné Bissau	Bissau		
			STP	Baía Ana Chaves		
				Ilhéu das Rolas		
2016	29 de fevereiro a 27 de abril	NRP Vasco da Gama (Fragata)	Angola	Lobito	<ul style="list-style-type: none"> - participação Exercício OBANGAME EXPRESS 16; - atividades de formação âmbito CDD; 	- Comando do NRP Vasco da Gama (s.d.)
				Luanda		
			Cabo Verde	Mindelo		
				Praia		
			Gana	Tema		
			Rep. do Congo	Point Noire		
2016	30 de setembro a 23 de dezembro	NRP Almirante Gago Coutinho (Hidrográfico)	STP	Baía Ana Chaves	<ul style="list-style-type: none"> - apoio na remoção de embarcação naufragada (“Pico de Ouro”) / perigo à navegação na Baía Ana Chaves; - levantamentos hidrográficos portuários e costeiros em STP e CV (São Vicente – Mindelo e Santiago – Praia), para efeitos de atualização de cartografia náutica; - embarque de oficial angolano durante o transito STP-CV - participação (do comandante do navio) no seminário “o exercício da autoridade e das responsabilidades do estado costeiro no Mar”; - atividades de formação âmbito CDD; - palestras e treino na área da mecânica, eletricidade, LA e marinharia a elementos a GC STP; - apoio a atividades protocolares/ diplomáticas - efetuada palestra de segurança marítima e sistemas de comunicações de bordo a 21 militares do COSMAR de CV; - formação teórica e pratica em técnicas de abordagem; 	<ul style="list-style-type: none"> - Comando do NRP Almirante Gago Coutinho (2017a, pp.10-12) - Comando do NRP Almirante Gago Coutinho (2017b, pp.11-13)
			Cabo Verde	Mindelo		
				Praia		
			Gana	Tema		
			STP	Baía Ana Chaves		



2017	13 de março a 13 de maio	NRP <i>Álvares Cabral</i> (Fragata)	Cabo Verde	Mindelo	<ul style="list-style-type: none"> - participação Exercício OBANGAME EXPRESS 17; - realização de exercício de assistência humanitária em Cabo Verde, com uma força combinada de fuzileiros portugueses e cabo-verdianos); - realização de exercício conjunto com incursão anfíbia, com fuzileiros portugueses e santomenses; - Ações de vigilância e fiscalização com embarque de elementos das GC e inspetor das pescas (Cabo Verde e STP); - apoio médico à população de Cabo Verde e Ilhéu das Rolas (STP), através de consultas e distribuição de medicamentos - apoio na reparação de duas embarcações da GC STP; - apoio a atividades protocolares/ diplomáticas 	- Comando do NRP <i>Álvares Cabral</i> (2017, pp.8-10)
				Praia		
			STP	Baía Ana Chaves		
			Senegal	Dakar		
2017	1 de outubro a 22 de dezembro	NRP <i>D. Carlos I</i> (Hidrográfico)	Cabo Verde	Mindelo	<ul style="list-style-type: none"> - levantamentos hidrográficos na área da foz do rio Geba e do porto de Bissau - levantamentos hidrográficos costeiros e em águas portuárias em Cabo Verde - realizadas ações de vigilância e fiscalização marítima (Cabo Verde); - atividades de formação âmbito CDD; - participação num seminário sobre “O Exercício das Responsabilidades e da Autoridade do Estado no Mar”, envolvendo entidades portuguesas, de Cabo Verde e outros parceiros internacionais com atividades de capacitação na região, no âmbito da segurança marítima - apoio a atividades protocolares/ diplomáticas 	- Comando Naval (2017)
				Praia		
			Guiné Bissau	Bissau		
			Senegal	Dakar		
2018	3 de janeiro a 31 de março	NRP <i>Bérrio</i> (Reabastecedor)	Cabo Verde	Mindelo	<ul style="list-style-type: none"> - participação Exercício OBANGAME EXPRESS 18; - participação no exercício conjunto “SALVAR VIDAS” (exercício de apoio a zona sinistrada) em Cabo Verde; - apoio à GC STP a nível técnico e de procedimentos na área de comunicações; - apoio a atividades protocolares/ diplomáticas; - visitas ao navio por militares das Forças Armadas e de escolas de Cabo Verde 	- Comando do NRP <i>Bérrio</i> (2018, pp. 6-8)
				Praia		
			Costa do Marfím	Abidjan		
			Gana	Tema		
			Senegal	Dakar		
			STP	Baía Ana Chaves		



2018	7 de fevereiro a 7 de abril	NRP Álvares Cabral (Fragata)	Cabo Verde	Mindelo	<ul style="list-style-type: none"> - participação Exercício OBANGAME EXPRESS 18; - realizadas diversas atividades de treino no âmbito da CTM (STP e Cabo Verde); - efetuada viagem de adaptação/instrução dos elementos santomenses da futura guarnição do NRP Zaire; - realização de exercício conjunto de desembarque anfíbio com fuzileiros de STP; - ações de vigilância e fiscalização com embarque de elementos das GC e inspetor das pescas (Cabo Verde e STP); - realização do exercício conjunto “SALVAR VIDAS”; - efetuadas consultas médicas e distribuição de medicamentos em STP e Cabo Verde; - efetuada reparação de embarcações da GC STP tendo resultado na recuperação da operacionalidade das mesmas. - apoio a atividades protocolares/ diplomáticas; 	- Comando do NRP Álvares Cabral (s.d.)
				Praia		
			Costa do Marfím	Abidjan		
			Senegal	Dakar		
			STP	Baía Ana Chaves		
				Baía de S. António		
2018	20 de agosto a 29 de outubro	NRP Viana do Castelo (Patrulha Oceânico)	Angola	Luanda	<ul style="list-style-type: none"> - embarque de cadetes angolanos para treino de mar; - embarque de fuzileiros angolanos para realização de exercício combinado de raide anfíbio; - realizadas ações de fiscalização marítima com inspetor de pescas e equipa de abordagem angolana; - realizadas ações de vigilância e fiscalização com GC Cabo Verde e GC STP em companhia com NRP Zaire; - atividades de formação âmbito CDD; - apoio a atividades protocolares/ diplomáticas; 	- Comando da Unidade Tarefa 443.21.01 (2018)
			Cabo Verde	Mindelo		
				Praia		
			Costa do Marfím	Abidjan		
			STP	Baía Ana Chaves		
2019	22 de janeiro a 6 de abril	NRP Álvares Cabral (Fragata)	Angola	Lobito	<ul style="list-style-type: none"> - participação Exercício OBANGAME EXPRESS 19; - embarque de oficiais angolanos para treino de mar; - ações de vigilância e fiscalização com embarque de elementos das GC e inspetor das pescas (Cabo Verde e STP); - doação de quatro viaturas e armamento diverso para a GC Cabo Verdiana, âmbito CDD; - atividades de formação âmbito CDD; - prestado apoio técnico a navio patrulha cabo verdiano; - realização de exercício de <i>raid</i> anfíbio com a projeção de uma força de fuzileiros portugueses e cabo verdianos; 	<ul style="list-style-type: none"> - Comando do NRP Álvares Cabral (2019a, pp.6-7) - Comando do NRP Álvares Cabral (2019b, pp.8-9)
				Luanda		
				Ambriz		
			Cabo Verde	Mindelo		
				Praia		
			Camarões	Douala		
			Costa do Marfím	Abidjan		
			STP	Baía Ana Chaves		



					<ul style="list-style-type: none"> - realização de exercício de <i>raid</i> anfíbio com a projeção de uma força de fuzileiros portugueses santomenses; - apoio a atividades protocolares/ diplomáticas 	
2019	27 de outubro a 15 de dezembro	NRP Sines (Patrulha Oceânico)	Angola	Luanda	<ul style="list-style-type: none"> - ações de vigilância e fiscalização com embarque de elementos das GC e inspetor das pescas (Cabo Verde e STP); - treino de mar conjunto com navio patrulha cabo-verdiano; com navios da Marinha Nigeriana; e lancha da Costa do Marfím; nas áreas das emergências, comunicações e abordagens a navios; - apoio e participação em palestra sobre segurança marítima em STP; - embarque de fuzileiros angolanos para treino de abordagem e vistoria; - embarque de militares da Guiné Bissau para treino de mar; - realizado exercício de Conhecimento Situacional Marítimo com o Centro de Coordenação Marítimo da Marinha de Guerra angolana; - participação no Seminário Internacional sobre Segurança Marítima no GdG, em Angola; - apoio a atividades protocolares/ diplomáticas 	- Comando do NRP Sines (2020, pp. 6-7)
			Cabo Verde	Mindelo		
				Praia		
			Costa do Marfím	Abidjan		
			Guiné Bissau	Bissau		
			Nigéria	Lagos		
			Senegal	Dakar		
			STP	Baía Ana Chaves		
			Togo	Lomé		
2020	31 de dezembro a 23 de fevereiro de 2021	NRP Almirante Gago Coutinho (Hidrográfico)	Cabo Verde	Mindelo	<ul style="list-style-type: none"> - realização de trabalhos científicos, nomeadamente levantamentos hidrográficos, recolha e análise de dados e colheita de amostras; - atividades de formação âmbito CDD; 	- Comando do NRP Almirante Gago Coutinho (2021, pp. 9-11)
				Praia		



2021	1 de março a 30 de maio	NRP Setúbal (Patrulha Oceânica)	Angola	Lobito	<ul style="list-style-type: none">- participação Exercício OBANGAME EXPRESS 21;- participação no Projeto-piloto das PMC para o GdG;- atividades de formação na área da saúde e procedimentos de emergência médica (Cabo Verde);- patrulha conjunta e treino de mar com navio com navios da Marinha Nigeriana;- treino de abordagem de forças anfíbias (Cabo Verde);- participação do comandante em colóquio subordinado ao tema “A criminalidade marítima no GdG”, na Costa do Marfím;- realização de palestras focadas nas áreas de emergência médica, abordagens, limitação de avarias e navegação (Gana);- treino conjunto com o Grupo de Fuzileiros Especiais da Marinha de Guerra Angola, na área das abordagens- visita de cadetes angolanos para atividades de formação;- apoio a atividades protocolares/ diplomáticas- atividades de formação âmbito CDD;	<ul style="list-style-type: none">- Comando do NRP Setúbal (2021a, pp. 10-11)- Comando do NRP Setúbal (2021b, pp. 10-12)- Comando Naval (2021a)- Comando Naval (2021b)
				Luanda		
			Cabo Verde	Mindelo		
				Praia		
			Costa do Marfím	Abidjan		
			Gana	Tema		
			Guiné Bissau	Bissau		
			Nigéria	Lagos		
			STP	Baía Ana Chaves		
				Baía de S. António		